

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS E INCUMBÊNCIAS NA ATENÇÃO AO ESTUDANTE AUTISTA

Rejane Silvino Campelo Silva¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo promover a reflexão sobre políticas públicas de educação, a formação de professores e a educação especial no processo ensino- aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes autistas em sua totalidade. Para tanto, adotamos a pesquisa bibliográfica com foco na natureza metodológica qualitativa. A contribuição teórica é baseada nos estudos de a inclusão através do olhar Facion (2005), Felício (2007), Lopes (2011) e a Lei 12 764, Freire (1996) entre outros. Nós fornecemos uma breve história de doença autismo, a formação de professores. Finalmente, nos concentramos em várias estratégias baseadas em políticas públicas para a educação conjunta, e regular o papel do professor a assistência ao estudante autista.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Políticas Públicas, Estudante Autista, Ensino-Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A Refletir acerca de principais questões relacionadas ao processo de educação inclusiva com ênfase no TEA, ainda consiste em um desafio na educação básica nos interiores das escolas.

É importante citar que nos interiores das escolares, nas salas de aula, desafios e incumbências para inclusão do estudante autista se constituem em um cenário, na qual as políticas públicas e as ações pedagógicas ambas têm andado em busca para efetivação da inclusão de fato para assistir as demandas do estudante autista.

Entretanto, vale ressaltar, que o professor na educação básica, ainda tem enfrentado certo dilema para desenvolver o processo proposto pelas incumbências em as políticas públicas, culturais e sociais vem exigindo para que haja o sucesso a inclusão do estudante autista, diante disso, é imperativo trazer o tema em debate, uma vez que a educação é para todos sem que haja discriminação e nem tão pouco rotulação a qualquer pessoa.

¹ Mestranda do Curso de Mestrado em Ciências da Educação da *Universidad Del* – Assunção, Paraguai, UF, silvino.rejane@gmail.com

O presente artigo foi organizado em três partes: a primeira apresenta, de maneira sucinta o percurso histórico na descoberta do transtorno do espectro autista, na segunda parte um decurso para pessoa autista e as políticas públicas educacionais para materialização da educação inclusiva. Na terceira parte os desafios e incumbências do professor da educação básica diante da educação inclusiva com ênfase em assistir o estudante autista.

À Constituição Federal Brasileira (1988) À CF/88 competi o papel de se comprometer perante a sociedade a construir um ambiente focado nos pressupostos da igualdade de direitos e da dignidade humana.

O termo “autismo” transcorreu por diferentes alterações ao longo do tempo, e recentemente é conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA) pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) (APA, 2014). Os predicados do espectro são danos constantes na comunicação e interação social.

Diante disso, em presença a importância de compreender a necessidade de um currículo que atenda demandas de Necessidades Educacionais Especiais, em especial as do Transtorno do Espectro Autista, na formação docente em curso de Pedagogia da universidade Federal de Pernambuco, nasce o desejo de refletir sob o âmbito curricular oferecer os conhecimentos necessários e essenciais na formação do professor, a fim de, atender de maneira coerente e satisfatória os estudantes portadores TEA, instrumentalização técnica que lhes possibilite uma prática pedagógica prazerosa, qualitativa e eficaz.

METODOLOGIA

Ao fazer este trabalho, decidiu-se pela metodologia de natureza qualitativa, que forneceu entender e interpretar os tópicos abordados. Bem, como a pesquisa bibliográfica, com referências de pesquisa feitas e publicadas. Desse modo, coletaram-se dados sobre crianças com transtorno do espectro autista em processo de escolarização. Nesse sentido, a perspectiva dessa metodologia tem a capacidade não só de coletar dados, mas, sobretudo, de expandir os conhecimentos já elaborados.

Portanto, o caminho percorrido para realização deste estudo do princípio ao fim segue a proposta da pesquisa bibliográfica por compreender seu viés norteador do trabalho científico. Conforme esclarece Boccato (2006):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias

contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (BOCCATO, 2006, p. 266).

Corroborando com Boccato (2006), Leite (2008), afirma que os estudos bibliográficos possibilitam o diálogo entre diversos estudos e opiniões, e faz possível a apreensão de todo o conhecimento produzido em determinada era.

Para Marconi e Lakatos (2002), pesquisa bibliográfica envolve toda a bibliografia já tornada pública em relação ao objeto de estudo com a finalidade de pôr o investigador em contato com tudo o que já foi dito ou escrito em relação a temática em foco..

Desse modo, a abordagem da investigação qualitativa trabalhada sob as concepções de autores como: (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 43-44) “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]”, (LEITE, 2008, p. 47). Entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, (MINAYO, 1994, p.23).

DESENVOLVIMENTO

O percurso histórico na descoberta do transtorno do espectro autista trilha um caminho de muitos detalhes, traçados por aspectos genéticos, neurológicos, biológica e psíquica da criança, ao longo do tempo.

O psiquiatra Kanner (1943) em sua obra intitulada “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo” apresenta um estudo realizado que aponta nas crianças observadas “m isolamento extremo desde o início da vida e um desejo pela preservação da mesmice, denominadas autistas” assim, determinando o termo “autismo infantil precoce”.

Visitamos o dossiê intitulado “Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo publicado por Marfinatiⁱ e Abrãoⁱⁱ (2014) na revista indexada da USP, na qual apresenta um estudo traçado pela história – o saber psiquiátrico sobre a criança e o como o autismo infantil se configura.

Marfinati e Abrão (2014) em relação à inserção do conceito de autismo na história da psiquiatria elaboram um marco histórico de acontecimentos em busca da compreensão do autismo. A seguir se o quadro demonstrativo com os principais acontecimentos históricos.

O Ministério da Saúde Brasileiro no ano de 2013 em parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS) criaram uma cartilha denominada “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)”. Essas diretrizes têm como objetivo central salientar as orientações às equipes multiprofissionais para o cuidado à saúde do indivíduo com TEA.

Decurso para pessoa autista e as políticas públicas educacionais para materialização da educação inclusiva. Sabe-se que a educação brasileira exhibe um caminho de Política Pública que objetiva a Educação Inclusiva de modo que garanta o acesso a todos à educação escolar desde a idade mais tenra do ser humano.

À Constituição Federal Brasileira (1988) À CF/88 compete o papel de se comprometer perante a sociedade a construir um ambiente focado nos pressupostos da igualdade de direitos e da dignidade humana. Na presente constituição em seu Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, no Capítulo I – Dos Direitos e deveres individuais e Coletivos, no artigo 5º expõe o seguinte:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à prosperidade... (CF, 1988).

Diante do exposto, a CF (1988) tem por objetivo garantir os direitos a todos às pessoas, percorrendo a Constituição Federal tem firmado em todo o seu enredo a garantia da igualdade.

Desta maneira, de fato, a realização de todos os títulos sobre o direito à igualdade de cumprir a obrigação legal do Estado para formular políticas públicas que não são limitadas apenas para garantir a entrada da pessoa autista na educação regular, mas também crie e promova as condições necessárias que garantem a igualdade entre as pessoas e, sobretudo, respeitem a individualidade de cada ser humano.

No Brasil havia uma exigência de se manter a educação escolar regular e a educação especial, ao longo dos tempos nasce à proposta da Educação Inclusiva que corresponde a Educação especial dentro do sistema da educação regular. Isso traz os desafios e incumbências para o professor da educação básica brasileira ao se deparar em especial com o estudante com transtorno do espectro autista.

Diante do exposto, percebe-se que mesmo estando no ano de 2019, mesmo diante da consideração feita por Carvalho (2005) acerca do processo de educação inclusiva, ainda não chegamos à altura das necessidades do homem contemporâneo. Assim, evidenciando que há muitos desafios a serem vencidos pela professora da educação básica, principalmente dos anos iniciais do ensino fundamental.

Por certo, não existe ainda um preparo suficiente que atenda a demanda do estudante autista na educação de ensino regular. Diante disso, Felício (2007) destaca:

...uma intervenção eficaz logo no começo do processo de escolarização contribuiria para o melhor desenvolvimento futuro desses sujeitos, permitindo-lhes maior qualidade de vida, aprendizagens e acesso para conviverem permanentemente em sociedade. Além disso, a escola é o local onde esses alunos devem ter acesso inicial à socialização, através da possibilidade de desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e sociais. Portanto, o papel desenvolvido pelos professores das instituições de ensino no acompanhamento de pessoas com autismo requer uma profunda reflexão, pois pode determinar tanto o sucesso quanto fracasso nos processos de inclusão sócia e educacional futuro desses sujeitos.

Diante do exposto, é importante destacar que a escola deve ser um local que possibilite a criação um cenários possível a materialização da socialização, na perspectiva de desenvolvimento integral da pessoa sem rotulação.

Ainda, apontamos a A Declaração de Salamanca (1994) a força da política de educação integrada, que participação infantil foi identificada por algumas formas de deficiência e, por esse motivo, requerem educação especial e, portanto, precisam participar se possível, em escolas regulares.

O desafio do profissional no papel daquele que, através das informações obtidas em sua formação de professor, leva os estudantes com TEA a aprender como ele interpreta o significado para si mesmo.

Para Tardif (2014):

Os saberes oriundos da prática de trabalho cotidiana parecem construir o alicerce da prática e da competência profissionais, pois essa experiência é para o professor, a condição para aquisição e produção de seu próprio saber profissional. Ensinar é mobilizar uma ampla variedade de saberes reutilizando-os no trabalho para adaptá-los e transformá-los pelo, e para o trabalho. A experiência de trabalho, portanto, é apenas um espaço onde o professor aplica saberes, sendo ela mesma saber do trabalho sobre saberes, ou seja, o professor faz uma releitura do que sabe naquilo que sabe fazer, produzindo, assim, sua prática profissional. (TARDIF, 2014, p 21).

Nesse sentido, ensinar abrir um leque de possibilidade para dar sentido a aprendizagem de uma prática que crie e promova a construção de saberes.

Partindo do pressuposto de que a educação é para todos, trazemos o olhar de Freire (1996) para esta reflexão a assistência da educação escolar aom ao atendimento ao estudante autista. "Só, na verdade, quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado, é quem pode ensinar a pensar certo. E uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiados certos de nossas certezas" (FREIRE, 1996, p.30).

Na fala de Freire, a educação escolar deve se configura na ação que liberta uma pessoa de rótulo, no qual determina o fim no mesmo, a proposta do pedagogo a educação é a que integra e interage que elimina o, desacordo - homogeneização dos alunos. Quando ele se propõe defender a educação para todos, sem exceção de qualquer, este está falando de política de educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os problemas do transtorno do espectro autista (TEA) exigir muita leitura e, portanto, a questão, ainda, é não tão conhecida de muitos professores e a sociedade em geral. Nesta visão, Contudo, é percebido no cenário educacional que mesmo sendo pouca distinguida de muitos, outros conseguem entender a demanda de um número de estudantes afetados pela doença.

No entanto, vale ressaltar que Leo Kanner publicou o primeiro estudo da síndrome como uma comunicação de transtorno autista – por meio das observações clínicas com crianças que não se “encaixavam” dentro dos comportamentos considerados normais na medicina.

Assim, a classificação de Kanner, com muitos estudiosos a pesquisa e as tendências têm a capacidade de chegar a um consenso sobre esta doença, considerando os detalhes e sintomas são diferentes em cada indivíduo. De acordo com essa premissa, distribuição - graus de ruptura ou níveis de deficiência, começando suave, moderada e quando mais severa, os sintomas e padrões do comportamento dado e, portanto, afeta na maioria dos casos, o diagnóstico precoce, porque não há exemplo definido para padronizar a criança autista.

O autismo é agora definido como um caos de desenvolvimento invasivo aberto nos primeiros três anos de vida, que devido à ciência ainda desconhecida, mas na contribuição da natureza. Entenda o conjunto de caracteres chave em destaque pontos fracos na comunicação, problemas nas relações sociais e restrições e repetições atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados apontam um avanço nas leis para promover um avanço para materialização da educação inclusiva com ênfase no transtorno do espectro autista, porém, o exercício da cidadania ainda se faz necessário que novas ações sejam elaboradas e, que possam incluir a sociedade civil na e para compreensão, mesmo que nas bases mais preliminares ao conhecimento do transtorno do espectro autista, ainda é necessário criar e promover uma educação onde as políticas públicas sejam de fato efetiva na prática pedagógica. Isso no que concerne a preparação do professor desde sua formação inicial à formação continuada para assistir de modo que favorecer uma inclusão de qualidade ao estudante autista.

Diante do exposto, a educação de inclusiva com ênfase no transtorno do espectro autista, precisa se aperfeiçoar, uma vez que mudanças correm de maneira acelerada, onde o ser humano tem se mostrado cada vez mais capaz de realizar atividades cada vez mais complexas. Instigando a uma pesquisa na malha curricular do curso de pedagogia a fim de investigar nos conteúdos as educações especiais ou afins, que contribuam para formação do professor para educação inclusiva com ênfase à assistência ao estudante autista.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, C.R. **Autismo e educação: Reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BRASIL, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**. Brasília, 2013.
- FELICIO, V. C. **O autismo e o professor: um saber que pode ajudar**. Bauru, 2007.
- LEITE, S.A S. **Alfabetização e Letramento: Contribuições para as práticas pedagógicas**. 4ª Ed. Campinas, SP: Komedi, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta**. In: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e**

criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília Minayo (Org). 34. Ed.-
Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 61-77.

NÓVOA, Antônio (Org). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 328p.

ⁱ Anahi Cangaçu Martinati – mestranda pela UNESP, Assis, SP, Brasil.

ⁱⁱ Jorge Luíz Ferreira Abrão – Docente da UNESP, Assis, SP, Brasil.